

As Origens Sociais e Políticas da Noção de Cultura Surda na Cidade do Rio de Janeiro

Mario José Missagia Jr*

Resumo:

Este trabalho busca problematizar algumas noções e trabalhar outras de modo a tentar contribuir para elucidar os *porquês* do movimento social promovido pelos surdos do Rio de Janeiro, em torno da questão da “cultura Surda”. Para tal, são privilegiadas três abordagens buscando focar a questão numa visão plural. A primeira, uma visão antropológica, discute as noções de cultura aplicadas às especificidades deste caso particular. A segunda, uma

abordagem sociológica, volta-se para as bases sociais da questão. A terceira, e última, versa sobre as relações políticas presentes no tema estudado. Com esse instrumental originado nas Ciências Sociais tento produzir uma abordagem nova para entender esse fenômeno tão convergente com a modernidade.

Abstract:

This study intends to go over some issues and consider some others in order to contribute to

clarify the causes of the social movements which have been made by the deaf people in Rio de Janeiro state concerning the “Deaf Culture”. We have considered three approaches trying to focus this question through the multifatorial aspect. First of all, an anthropological view, we discuss the culture meaning of this particular case. The second one, a sociological viewer, look for the social base. The third is about the political relations which are in this studied subject. With these tools took from the Social Science we are trying to produce a new approach to help us understand this controversial modern phenomenon.

Quando se olha para o movimento social da comunidade surda do Rio de Janeiro, percebe-se

*Licenciando em Ciências Sociais – UFF.
Bolsista de Iniciação Científica – FAPERJ,
sob nº e-26/151.559/03 – Orientação de Cristina Delu:
Profa. Dra. Adjunta da Faculdade de Educação da UFF.
missagia@universiabrasil.net

um forte e engajado discurso em favor do conceito de “cultura Surda”. Práticas dessa comunidade não se distanciam desse movimento ideológico, podendo-se nela identificar uma postura ativa na luta e no debate travado em torno das questões referentes a “ações afirmativas”. A partir dessas evidentes constatações, uma questão então se levanta: por que isto está ocorrendo?

Muitas respostas surgem e a mais popular nos dias de hoje busca explicar o objeto referido através de questões de natureza culturalista, fundando suas teses em uma diferenciação entre “cultura Surda” e “cultura ouvinte”, vendo conflitos político-sociais como frutos da negação, por parte dos ouvintes, de algo real que existe de forma substantiva¹: “a cultura Surda” (BEHARES, 1999).

Segundo teorias desenvolvidas por essa linha, a gênese dessa “forma substantiva” seria fundada no encontro “surdo-surdo” (BEHARES, 1999). Nesse encontro dar-se-ia pela primeira vez uma troca verdadeira de experiências, na qual “estrangeiros”² poderiam enfim dividir experiências distintas de vida, de modo a dar origem a um sistema comum de abstração e classificação do mundo: a “cultura Surda”. Esta, por consequência, permitiria a tais “estran-

geiros” conseguirem se definir de forma positiva (BEHARES, 1999), ou seja, formularem uma identidade baseada não no que não são ou que não têm, mas sim na afirmação de traços próprios e individuais.

Como elemento mais elucidativo e comprovador de tal sistema cultural nasceria a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS, como será referida neste artigo), a qual seria prova de autonomia e singularidade frente aos demais sistemas. Por ser um meio totalmente novo de classificar e tipificar o

pressuposto igualmente fundamental, essa teoria abriga, pois, a aludida visão do surdo como um “estrangeiro” (BEHARES, 1999) que não compartilharia com os ouvintes de suas representações culturais por outra forma que não a da simples imposição³ destas por parte dos ouvintes (TESKE, 2002).

Se os surdos são “estrangeiros” em relação à nossa sociedade, o que se denomina por “cultura Surda” seria a expressão de uma forma concreta e substantiva de representar o mundo.

mundo (incluindo, então, uma estrutura e pensamento próprios), tal pode ser dito se admitido for que esta seria a evidência de uma cultura baseada em um modo autêntico e singular de lidar com a realidade dividida com outros indivíduos, que não compartilham do mesmo sistema cultural. Como

Em outras palavras, tal pressuposto justificaria uma autonomia da “cultura Surda”,⁴ já que fica implícito ter havido uma divisão de símbolos e representações culturais com os que não são surdos, o que exigiria que re-significássemos o papel da LIBRAS a ponto de entendermos de outra forma

¹ Por “existir de forma substantiva” deve-se entender uma forma independente e concreta, fundada numa gênese própria e individual.

² O que se entende por estrangeiro é a idéia do surdo como indivíduo estranho às representações culturais de sua comunidade e, portanto, alijado de contatos no próprio mundo em que se encontra.

³ Por “impor representações culturais” entenda-se aculturar, no sentido mesmo utilizado para falar da relação dos índios com os jesuítas, ou dos espanhóis com os incas; ou seja, impor representações externas àquele grupo, através de relações de poder baseadas na coerção.

⁴ Aqui a surdez está escrita com “s” maiúsculo para fazer menção à surdez como identidade positiva, conceito o qual Behares desenvolve em seu texto “Línguas e Identificações: as crianças surdas entre o sim e o não” no livro organizado por Sklar “A Surdez: um olhar sobre a diferença” - 1998.

as próprias causas que levariam surdos a promoverem os mencionados movimentos sociais e políticos. Esses movimentos, no entanto, podem ser vistos como frutos de uma conjuntura política e sócio-econômica permeada e fundada em questões culturais amplas e comuns, tanto a surdos,

Surda” seria a expressão de uma forma concreta e substantiva de representar o mundo. Do contrário, se for decorrente da posição e da condição de classe (BOURDIEU, 1992), o que se chama de “cultura Surda” seria uma abstração de cunho ideológico, fruto da relação de um grupo com os demais dentro da mesma sociedade e, portanto, tendo os mesmos valores e símbolos, assim como os mesmos “objetivos culturalmente instituídos” (MERTOM, 1970).

De qualquer modo, para dis-

gua⁵, a um grupo cultural, sob o argumento de que dividiriam uma estrutura comum de classificação e de tipificação do mundo construídas na estrutura própria de cada língua.

Entretanto, existem algumas outras formas de se ver a cultura e, neste artigo, opto por trabalhar com a concepção desenvolvida na escola culturalista norte-americana, em especial com a noção de cultura como uma seleção de respostas adaptativas que os homens dão aos estímulos e problemas que o meio impõe (RUTH BENEDICT, 1959). É importante dizer que essa opção não se reflete em radicalismos ou doutrinação, já que obras de antropólogos como Clifford Gurtis e Marcel Mauss ou de sociólogos que não falam sobre cultura, mas oferecem importantes contribuições para se pensar este tipo de fenômeno, serão igualmente consideradas.

Sob esse novo ponto de vista, a LIBRAS seria uma resposta à necessidade de se comunicar sem o uso da audição, ou seja, uma resposta cultural encontrada pelos surdos para uma necessidade prática e específica do seu dia-a-dia, a qual pode ser encarada como uma marca distintiva entre eles e os ouvintes. Essa marca traz mais do que uma pequena diferença, ela afeta toda a possibilidade de comunicação dos surdos e, por consequência, toda sua socialização, embora isto não queira dizer que ele esteja alijado do con-

A LIBRAS seria uma resposta à necessidade de se comunicar sem o uso da audição, ou seja, uma resposta cultural encontrada pelos surdos para uma necessidade prática e específica do seu dia-a-dia

como a ouvintes, da nossa sociedade e de outras sociedades ocidentais modernas, nas quais se podem encontrar, sem dificuldade, grupos com propostas semelhantes e em condições sócio-econômicas semelhantes.

Em termos mais claros, a questão epistemológica em que tal pressuposto influiria é a seguinte: se os surdos são “estrangeiros” em relação à nossa sociedade, o que se denomina por “cultura

cutirmos a questão da “cultura Surda” (BEHARES, 1999) o primeiro passo é entendermos o que queremos dizer por cultura. Nos trabalhos que versam sobre o tema, normalmente cultura é definida como um conjunto de representações simbólicas do mundo. Ao se assumir essa definição, fica supostamente simples igualar um grupo de usuários de uma determinada língua, desde que estes a tenham como primeira lín-

⁵ Língua nativa, ou com a qual existe relação mais estreita.

Os trabalhos de oralização mais bem-sucedidos são [...] aqueles feitos desde o primeiro ano de vida, o que pressupõe um diagnóstico precoce

tato com a comunidade que o rodeia, já que a comunicação se dá por todos os sentidos.

Quando uma mãe, através de um tapa ou de outra coerção qualquer, produz um estímulo negativo associando-o com determinada atitude, ela está transmitindo seus hábitos e seus costumes, isto é, em uma escala maior de análise, sua cultura. Crianças surdas têm o hábito de usar roupas assim como crianças ouvintes e se olharmos para os próprios surdos que pregam o conceito de "cultura Surda" poderemos reconhecer elementos inegavelmente culturais, os quais também são constatáveis nos ouvintes, como o padrão de beleza, ou o senso de humor. Sendo assim, não há como negar que a comunicação entre surdos e ouvintes se deu e, ainda mais, que esta comunicação foi suficiente para que (excetuados casos excepcionais) a cul-

tura do lugar onde o surdo viveu tenha tido força para nele imprimir suas marcas, assim como nos outros que lá viviam.

Para deixar ainda mais clara a questão, vale a pena mencionar também o texto de Mauss (2003) intitulado *Técnicas Corporais*, no qual o autor demonstra como atos dotados de um certo grau de involuntariedade⁶ são na verdade moldados pela sociedade e, portanto, tornam-se traços representativos da cultura. Uma boa ilustração dada pelo autor é o modo de andar das mulheres, o qual é diferente de cultura para cultura. Se transportarmos essa ótica para a nossa questão e compararmos, por exemplo, o modo de jogar bola de um surdo brasileiro com o de um surdo sueco, não será difícil constatarmos que, na maioria dos casos, o modo do surdo brasileiro terá mais a ver com o dos ouvintes brasileiros do que

com o dos surdos suecos. Ou seja, também situações como essas mostram como a cultura se reproduz em função do contato social, mesmo quando não há uma língua comum.

Outro elemento importante para se pensar a cultura é a questão da continuidade. Como as culturas se transmitem? Em todos os casos, esse processo se dá pelo contato, em primeiro lugar, com a família que é o conjunto de pessoas que forma inicialmente o mundo do indivíduo para, a partir daí e gradativamente, este mundo ir se abrindo pelo contato com a sociedade e com outras crianças na educação formal.

No caso da criança surda, esse processo se dá quase sempre em meio a ouvintes⁷, apesar de marcado por fortes traumas e estigmas, os quais conturbam o curso comum do processo, mas não o anulam por completo. A evidência empírica mais clara é a de que os surdos, com os quais é desenvolvido um trabalho de oralização, muitas vezes conseguem superar grande parte das dificuldades, apesar de geralmente continuarem estigmatizados. Quando não são falantes da modalidade oral de nossa língua, o processo chega a pontos críticos, muitas vezes limitando o contato social com a família e, no entanto, surdos não ficam privados de contato com a cultura da sociedade de onde se originam. Já suas famílias, mesmo que por meio de comunicação rudimentar, trans-

⁶ *Involuntariedade no sentido de não se ter o completo domínio do processo, ou seja, não se constitui de uma ação completamente planejada, mas sim de uma técnica de aprendizado social baseado na repetição.*

⁷ *É possível afirmar isto: a maior parte dos surdos nasce em famílias ouvintes. Esse fato serve para permitirmos concluir a baixa incidência de surdez por motivos transmitidos hereditariamente. Além disso, grande parte dos surdos nasce ouvinte e perde a audição posteriormente, devido a doenças mal tratadas, ou mesmo medicamentos mal aplicados, se tornando só então surdos.*

mitem-lhes noções de certo e errado, além de outros valores vigentes na sociedade.

Assim, pois, a questão da cultura nos ajuda a responder a pergunta inicialmente levantada, mas não constitui a única resposta por si só já que surdos, sejam eles oralizados ou não, compartilham significativamente da sociedade onde vivem. Mas, então, o que os estaria levando a entrar na dinâmica de construção de uma identidade alternativa à sua de origem?

Para ajudar a trabalhar com essa outra versão um pouco mais refinada do aludido questionamento inicial, podemos nos voltar para alguns trabalhos de sociologia que buscam entender o agrupamento de indivíduos por seu caráter sociológico e político. Antes de mais nada, contudo, para adentrarmos nessa complexa tarefa será indispensável pensarmos em quem é o surdo que reivindica essa possibilidade identitária com todos os seus efeitos políticos e sociais.

Podemos observar, já de pronto, que tal reivindicação só é váli-

da para surdos usuários de LIBRAS, já que os oralizados, ou usuários de outras línguas de sinais, não dividiriam uma mesma forma de classificar e tipificar o mundo, assim como não compartilhariam dos mesmos símbolos. Ademais, dentre a parcela carioca (grupo ao qual o presente trabalho se refere) é possível notar um outro denominador comum: o do padrão sócio-econômico. Essa maioria de surdos tem sua origem nas classes populares, além de uma história de diagnóstico tardio da surdez, de forma que ficará interessante observarmos qual e o quão determinante terá sido o fator para que se tornassem usuários de LIBRAS ao invés do português.

Primeiramente, os trabalhos de oralização mais bem-sucedidos são (de acordo com a literatura da área) aqueles feitos desde o primeiro ano de vida, o que pressupõe um diagnóstico precoce. Em nosso país, exames que tornam possível esse diagnóstico são praticamente privilégio de classes altas e médias, deixando carentes

deste serviço, principalmente, a população pobre e do interior. Depois, a modalidade oral do português requer um trabalho fonoaudiológico intenso, longo e periódico, o qual custa muito caro. A situação fica ainda pior por não existirem profissionais qualificados em número o bastante para satisfazer a demanda.

Tal não bastasse, o surdo em questão também carrega o referido outro elemento comum: o estigma⁸ social derivado da deficiência. Sabemos que essa condição de estigmatizado não é privilégio dos surdos usuários de LIBRAS. Mas, pelo sofrimento e a exclusão social provocados pelo estigma, tais surdos reagem de modo a transformar em ponto comum seu uso da LIBRAS em fator agregador exclusivo de identidade, na medida em que só eles têm este elemento em comum.

No caso, a idéia básica é a de que a oposição entre ouvintes e surdos, criada pelo estigma social carregado pelos últimos, terá agido de modo a ressaltar elementos comuns que seriam usados como distintivos sociais⁹ (BOURDIEU, 1992) (aqui, o mais

⁸ O termo estigma está sendo empregado no sentido em que está referido no texto de Goffman, E. (1980) *ESTIGMA: NOTAS SOBRE A MANIPULAÇÃO DA IDENTIDADE DETERIORADA*.

⁹ Por distintivos sociais deve-se entender um elemento comum a um grupo, que seja evidente o bastante para marcar a margem entre ele e os demais grupos sociais dos quais se o pretende distinguir. Esse conceito é trabalhado por Bourdieu (1992), em seu texto "Economia das Trocas Simbólicas".

forte seria a LIBRAS). Essa oposição tenderia a obscurecer os pontos comuns entre surdos e ouvintes em uma mesma cultura e um tal tipo de processo social foi identificado por Zimmel (1983) como “coesão pelo conflito”, quando o autor se perguntou quais seriam as formas pelas quais sociedades e grupos sociais manter-se-iam coesos.

Essa derradeira hipótese seria uma possibilidade fundada na esfera sócio-econômica para atribuir sentido ao movimento social protagonizado pelos surdos em pauta: uma visão que enxerga o grupo e sua dinâmica como fruto de uma conjuntura, como consequência de um quadro de exclusão social e econômica.

Mas, um novo ponto referente à cultura e suas delimitações pode também ajudar a problematizarmos a idéia de “cultura Surda” e uma outra pergunta adequada para trabalharmos esta questão parece ser: onde, politicamente, o reconhecimento da identidade positiva colocaria o surdo?

Quando nos viramos para o exterior e mais especificamente para o próprio Brasil, fica óbvio

aonde um movimento de ação afirmativa pode levar. Grupos como o do movimento negro, no caso das cotas em nossas universidades públicas e de outros movimentos étnicos nascidos fora do país, conseguiram benefícios diversos e muito expressivos. Sendo assim, não seria difícil supormos que surdos, para terem acesso a semelhantes benefícios, poderiam estar interessados em usar o mesmo tipo de argumento, caracterizando-se como grupo cultural distinto. Porém, ainda assim a questão só mudaria de figura: a que tipo de posição social esse grupo estaria se conduzindo se conseguisse alcançar desejados benefícios?

Marshall (1967) tem um bom texto sobre o assunto, no qual afirma que mesmo que se concedam benefícios políticos¹⁰ de modo a privilegiar social e economicamente grupos menos abastados da sociedade, nem então estes se livram facilmente de questões referentes ao status, pois, onde ocorre quebra de igualdade política, criam-se duas classes de cidadãos: os que recebem “direitos sociais”¹¹ e os que dependem de “assistências sociais”¹².

Entre esses dois clãs, a igualdade não se pode dar de forma plena, especialmente porque emerge, na maioria dos casos, um atrito político entre grupos, já que o espaço que está sendo cedido a um, estará sendo tomado do outro.

Ademais, tais benefícios poderiam contribuir para a condição econômica dos surdos que se envolvessem nesse processo, porém não parece pouco provável que acabassem por aumentar o grau de estigmatização social, o que, dentro da lógica acima pontuada¹³, só aumentaria o fosso social que separa surdos usuários de LIBRAS do resto da sociedade.

Seja como for, ao longo deste sucinto artigo e sob o olhar das ciências sociais, busquei introduzir a razão de ser de um movimento sócio-político que vem se desenvolvendo no Rio de Janeiro, em prol da defesa do conceito de “cultura Surda”. Para tal, procurei utilizar elementos de três áreas de conhecimento, entre as quais não há fronteira clara: a antropologia, a sociologia e a ciência política. Através dessa ótica heterodoxa não pretendi esgotar questões ou concluir verdades, mas problematizar as far-

¹⁰ Políticos pois dizem respeito à igualdade, ou melhor, desfazem a igualdade política para tentar alcançar uma maior igualdade social e econômica.

¹¹ Por “direitos sociais” entendem-se benefícios os quais são comuns a todos os cidadãos e que, portanto, são inerentes à condição de cidadania.

¹² Por “assistências sociais” entendem-se benefícios de caráter não universal e que, portanto, são externos à condição de cidadão ou são externos a uma cidadania de tipo distinto do primeiro.

¹³ Na qual o processo de estigmatização, somado à coesão pelo conflito, acaba agregando os surdos usuários de LIBRAS em torno desta, utilizando-a como distintivo social.

tas polêmicas que sobrevoam tal questão, mirando-as por meio de conceitos de autores pouco comuns no campo em causa.

É sabido que as questões que neste texto foram tocadas são muito grandes para as parcas linhas de que dispus, assim como

se sabe que faltam evidências empíricas produzidas cientificamente para que se possam testar teses mencionadas. Porém, mesmo com todas essas limitações, conto ter trazido à tona elementos que ajudem a pensar o tom ideológico do posicionamento de

agentes políticos envolvidos na área, de modo a produzir uma análise desconfiada que olhe para discursos não como expressões sempre sinceras da verdade, mas também como frutos de uma conjuntura social, política e econômica determinada.

Referências Bibliográficas

- BEHARES, L E Línguas e identificações: as crianças surdas entre o "sim" e o "não". In: SKLIAR, C. (org.) *Atualidade da educação bilíngüe para surdos*. Porto Alegre: Mediação, pp131-147, 1999.
- BENEDICT, Ruth Patterns of culture / 2. ed. - Boston: Houghton Mifflin, 1959.
- BOURDIEU, Pierre A economia das trocas simbólicas. São Paulo: Perspectiva, 1992.
- DA CUNHA, Manuela Carneiro Religião, comércio e etnicidade: uma interpretação do catolicismo brasileiro em lagos no século XIX/. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1986.
- GEERTZ, Clifford A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, c1989.
- GOFFMAN, Erving Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada / 3. ed. - Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- MARSHALL, T Humprey Cidadania, classe social e status. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- MERTON, Robert King Sociologia: teoria e estrutura. São Paulo: Mestre Jou, 1970.
- SANCHES, C La lengua escrita: esse esquivo objeto de la pedagogia para sordos y oyentes. In: SKLIAR, C (org.) *Atualidade da educação bilíngüe para surdos*. Porto Alegre: Mediação, pp35-45, 1999.
- SANT'ANNA, W; PAIXÃO, M Muito Além da senzala; ação afirmativa no Brasil. <http://www.ibase.org.br/paginas/wania.html>.
- SEYFERTH, G Etnicidade e cidadania: Algumas considerações sobre as bases étnicas da mobilização política. Boletim do Museu Nacional, nova série, antropologia, número 42, 20 de outubro. Rio de Janeiro, 1983.
- SIMMEL, G; MORAES FILHO, E Georg Simmel: sociologia. São Paulo: Ática, 1983.
- SKLIAR, C (org.) *Atualidade da educação bilíngüe para surdos*. Porto Alegre: Mediação, pp131-147, 1999.
- TESKE, O A surdez, os surdos e as relações de poder(es). In: Seminário Surdos: O Cidadão como Símbolo. Desafio para um Novo Tempo. *Anais*. Passo Fundo, RS: ULBRA, 2002.
- WEBER, Max; GERTH, H Heinrich; MILLS, C. Wright Ensaio de sociologia. 5ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 1982.